

# DECRETO Nº 12.158 DE 01 DE JUNHO DE 2010

(Publicado no Diário Oficial de 02/06/2010)

**Procede à Alteração nº 136 ao Regulamento do ICMS e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições e tendo em vista os Convênios ICMS 73/10, 75/10,

## DECRETA

**Art. 1º** Os dispositivos do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997, indicados a seguir, passam a vigorar com as seguintes redações, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2010:

**I** - O subitem 11.4.1 do inciso II do *caput* do art. 353:

“11.4.1- macarrão, talharim, espagete, massas para sopas e lasanha, e outras preparações similares não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo - NCM 1902.1;”

**II** - o item 5-B do Anexo 86:

“ITEM	MERCADORIA	ACORDO	ESTADOS SIGNATÁRIOS	
5-B	Massas alimentícias não cozidas, nem recheadas, biscoitos, bolachas, bolos, wafers, pães, panetones e outros produtos similares, classificados nas posições 1902.1 e 1905, e macarrão instantâneo classificado na posição 1902.30.00.	Protocolo ICMS 50/05	AL, BA, CE, PB, PE, PI, RN e SE (Ver nota 17)	a) nas operações com massas alimentícias não cozidas nem recheadas e pães: 20% (vinte por cento); b) nas operações com demais produtos: 30% (trinta por cento)”

**Art. 2º** Ficam acrescentados ao Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997, os seguintes dispositivos:

**I** - os itens 1.37 e 2.8 à alínea “a” e o item 1.9 à alínea “b” do inciso II do *caput* do art. 17 (Conv. ICMS 75/10):

“1.37. Tenofovir – 2920.90.90 e 2934.99.99”;

“2.8. Tenofovir – 2920.90.90 e 2934.99.99”;

“1.9. Tenofovir – 2920.90.90 e 2934.99.99”;

**II** - o inciso XIII ao *caput* do art. 17 (Conv. ICMS 73/10):

“XIII - até 30/04/11, as operações internas, interestaduais e de importação com fosfato de oseltamivir, classificado no código 3003.90.79 ou 3004.90.69 da NCM, vinculadas ao Programa Farmácia Popular do Brasil-Aqui tem Farmácia Popular e destinadas ao tratamento dos portadores da Gripe A (H1N1), desde que (Conv. 73/10):

a) o medicamento esteja beneficiado com isenção ou alíquota zero dos Impostos de Importação ou sobre Produtos Industrializados;

b) a parcela relativa à receita bruta decorrente das operações previstas neste inciso esteja desonerada das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);”

**III** - o inciso LI ao art. 104:

“LI - aos serviços tomados e às entradas das mercadorias, vinculados à isenção prevista no inciso XIII do caput do art. 17 (Conv. ICMS 73/10);”;

**IV** - O subitem 11.4.3 ao subitem 11.4 do item 11 do inciso II do *caput* do art. 353, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2010:

“11.4.3 - macarrão instantâneo – NCM 1902.30.00; ”

**Art. 3º** Ficam acrescentados ao Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997, os seguintes dispositivos:

**I**— o art. 1º-B:

“Art. 1º-B. Nas operações de importação do exterior de Polietileno Tereftalato (Resina PET), classificado no código 3907.60.00 da NCM, com o tratamento tributário previsto no inciso XXV do *caput* do art. 2º, fica concedido ao contribuinte importador crédito presumido no valor correspondente à aplicação do percentual de 12% (doze por cento) sobre o valor da base de cálculo que seria obtida caso não fosse aplicado o diferimento.”;

**II** – o art. 1º-C:

“Art. 1º- C. Na saída subsequente dos produtos importados com diferimento nos termos do inciso XXIX do *caput* do art. 2º, fica concedido crédito presumido de forma que a carga tributária corresponda a 2,8% (dois inteiros e oito décimos por cento).”;

**III** – o inciso XXIV ao *caput* do art. 2º, produzindo efeitos a partir de 01 de maio de 2010:

“XXIV – até 31/12/2010, nas entradas decorrentes de importação do exterior de latas de alumínio, classificadas na posição NCM 7612.90.19, destinadas a estabelecimento de contribuinte enquadrado na CNAE 1113-5/02, para o momento em que ocorrer a saída da mercadoria resultante do processo de industrialização, mediante a celebração de termo de acordo específico, a ser firmado entre o contribuinte interessado e a Secretaria da Fazenda, através da Superintendência da Administração Tributária, no qual serão determinadas outras condições aplicáveis;”;

**IV** – os incisos XXV, XXVI, XXVII, XXVIII e XXIX ao *caput* do art. 2º:

“XXV - nas entradas decorrentes de importação do exterior de Polietileno Tereftalato (Resina PET), classificado no código 3907.60.00 da NCM, desde que destinado à produção de embalagens de material

plástico em estabelecimento de contribuinte industrial que tiver obtido aprovação técnica para fruição do incentivo do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, mediante Resolução do Conselho competente, para o momento da saída dos produtos resultantes da industrialização;

XXVI - nas entradas decorrentes de importação do exterior, dos insumos indicados a seguir, quando importados por contribuinte que desenvolva atividade de metalurgia de cobre – CNAE-Fiscal 2443-1/00, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes de sua industrialização:

- a) mates de cobre, cobre de cementação (precipitado de cobre) – NCM 7401.00.00;
- b) cobre não refinado, ânodos de cobre para refinação eletrolítica – NCM 7402.00.00;
- c) cátodos e seus elementos – NCM 7403.11.00;
- d) barras para obtenção de fios (“wire-bars”) - NCM 7403.12.00;
- e) palanquilhas (biletas) – NCM 7403.13.00;
- f) cobre refinado em formas brutas, outros - NCM 7403.19.00;
- g) desperdícios e resíduos, de cobre – Scrap - NCM 7404.00.00;
- h) pós de estrutura não lamelar - NCM 7406.10.00;
- i) pós de estrutura lamelar, escamas - NCM 7406.20.00;
- j) barras de cobre - NCM 7407.10.10;
- k) perfis de cobre - NCM 7407.10.20;
- l) ocos de cobre – NCM 7407.10.21;
- m) barras e perfis de cobre, outros de cobre - NCM 7407.10.29;

XXVII - nas entradas decorrentes de importação do exterior, dos insumos indicados a seguir, quando importados por contribuintes que desenvolvam atividade de metalurgia de cobre – CNAE-Fiscal 2443-1/00, que tiverem obtido aprovação técnica para fruição de incentivo fiscal concedido por este Estado, mediante Resolução do Conselho competente, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes de sua industrialização:

- a) chumbo refinado em lingotes – NCM 7801.10.11
- b) zinco em lingotes – NCM 7901.11.11;
- c) barras, perfis e fios de estanho – NCM 8003.00.00;
- d) outros de estanho – NCM 8007.00.90;

XXVIII - nas entradas decorrentes de importação do exterior de ácido sulfúrico, quando importado por contribuinte industrial produtor desta mercadoria ou por contribuinte industrial que utilize como insumo, para o momento em que ocorrer a saída subsequente da mercadoria ou do produto resultante;

XXIX - nas entradas decorrentes de importação do exterior dos produtos listados a seguir, quando importado por contribuinte que desenvolva

atividade de metalurgia de cobre – CNAE-Fiscal 2443-1/00, para o momento em que ocorrer a saída subsequente:

- a) barras de latão – NCM 7407.21.10;
- b) bobinas de laminados de latão em rolos – NCM 7409.21.00;
- c) bobinas de laminados de cobre - NCM 7410.11.90;
- d) tubos de cobre não aletados nem ranhurados – NCM 7411.10.10;
- e) outros tubos de cobre – NCM 7411.10.90;”.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 01 de junho de 2010.

**JAQUES WAGNER**  
Governador

Eva Maria Cella Dal Chiavon  
Secretária da Casa Civil

Carlos Martins Marques de Santana  
Secretário da Fazenda